

**AS ESCOLAS NORMAIS REGIONAIS/RURAIIS PELO ESTADO DO
MARANHÃO NOS ANOS 1950**

**REGIONAL/RURAL NORMAL SCHOOLS IN THE STATE OF MARANHÃO IN
THE 1950S**

**ESCUELAS NORMALES REGIONALES/RURALES EN EL ESTADO DE
MARANHÃO EN LOS AÑOS 50**

Tiago Rodrigues da SILVA¹
Odaléia Alves da COSTA²

RESUMO: O artigo analisa alguns aspectos sobre a história dos cursos normais regionais de formação de professores primários rurais pelo estado do Maranhão, Brasil. Com a sistematização de dados estatísticos produzidos pelo INEP/MEC entre 1949 e 1960, foi possível verificar a implantação de Escolas Normais Regionais/Rurais no Maranhão a partir da segunda metade dos anos 1950. Constatou-se, porém, que a lenta difusão de escolas com curso normal regional ficou restrita ao setor privado, nas regiões noroeste e centro-sul do estado. A Igreja Católica, por meio de congregações religiosas, ofertou a formação do magistério primário rural maranhense, com contrapartidas legais e financeiras do poder público.

Palavras-chave: Ensino normal regional. Magistério primário rural. Igreja Católica.

ABSTRACT: *The article analyzes some aspects about the history of the normal regional courses for the formation of rural primary teachers in the state of Maranhão, Brazil. With systematization of statistical data produced by INEP/MEC between 1949 and 1960, it was possible to verify the implementation of Regional/Rural Normal Schools in Maranhão, from the second half of the 1950s. It was found, however, that the slow diffusion of schools with normal regional courses was restricted to the private sector, in the northwest and central-south regions of the state. The Catholic Church, through religious congregations, managed the formation of the rural primary teaching in Maranhão, with legal and financial counterparts from the public authorities.*

Keywords: *Regional normal education. Rural primary teaching. Catholic church.*

RESUMEN: *El artículo analiza algunos aspectos de la historia de los cursos regionales normales para la formación de maestros de primaria rurales en el estado de Maranhão, Brasil. Con sistematización de los datos estadísticos producidos por INEP / MEC entre 1949 y 1960, fue posible verificar la implantación de las Escuelas Regionales / Rurales de Maranhão, desde la segunda mitad de la década de 1950. Sin embargo, se descubrió que la difusión lenta de las escuelas con cursos regionales normales estaba restringida al sector privado, en las regiones noroeste y centro-sur del estado. La Iglesia Católica, a través de congregaciones religiosas, gestionó la formación de la enseñanza primaria rural en Maranhão, con contrapartes legales y financieras de las autoridades públicas.*

¹ Mestrando em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8325-7340>. E-mail: tiago.r.silva@unesp.br

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (US). Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Timon, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8399-2054>. E-mail: odaleia@ifma.edu.br

Palabras clave: Ensino normal regional. Magistério primário rural. Igreja Católica.

Introdução

O Estado do Maranhão, por exemplo, com mais de 300 mil km² de superfície e população superior a 1,5 milhão de habitantes, só possui dois estabelecimentos de ensino normal (LOURENÇO FILHO, 1953, p. 73).

Nos estudos de Lourenço Filho, publicado em 1953 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), sobre a preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais trazem reflexões sobre os esforços no Brasil em 1951 para a formação do magistério rural. Antes de descrever as experiências da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, no Ceará, considerada, até, então, a primeira do país; e dos serviços de formação docente rural da Fazenda do Rosário, em Minas Gerais, Lourenço Filho analisou a situação do ensino normal no 1º ciclo (normal regional) e 2º ciclo (normal) no Brasil, em especial a formação do magistério primário, sob o prisma da Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946).

Em conjunto, os estudos de Lourenço Filho mostram também a dimensão quantitativa e distribuição das escolas normais e cursos normais regionais pelas unidades federativas do país em 1951. A mais simples leitura dos números transcritos pelo intelectual mostra, na maioria deles, uma ausência de instituições escolares destinadas a formação do magistério rural no Brasil, considerando a distribuição geográfica (em zona urbana e rural) e extensão territorial. No caso do Maranhão, Lourenço Filho foi enfático – é possível de ser identificado no trecho selecionado para epígrafe deste texto – que dentre os estados brasileiros, o solo maranhense é um dos que possuía o menor número de estabelecimentos com ensino normal do Brasil. O Estado apresentava, em 1951, apenas dois cursos normais: um regional e outro destinado ao 2º ciclo.

As análises de Lourenço Filho (1953), apesar de indicarem a presença de um curso normal regional no Maranhão em 1951, não fazem menção a localização da escola. Se o curso foi ofertado por uma Escola Normal Regional/Rural de determinada localidade maranhense ou pelo Instituto de Educação do Estado, em São Luís. É possível aventar a quase inexistência de escolas normais para formação do magistério rural, aqui entendido

no 1º ciclo do ensino normal, conforme a Lei Orgânica do Ensino Normal, no início da década de 1950 no Maranhão.

Condição semelhante do Maranhão também eram encontradas em outros estados brasileiros como Piauí, Mato Grosso, Alagoas e Rio Grande do Norte, conforme Lourenço Filho (1953). No entanto, o intelectual não traz explicações para a presença maior ou menor de escolas normais e cursos regionais no país, muito menos do Maranhão, pois além de citar a distribuição das escolas pelas unidades federativas, a preocupação de Lourenço Filho, naquele momento, foi de explicar os processos de formação do magistério rural da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte e na Fazenda do Rosário.

Ávila (2018), em análises da produção brasileira em dissertações e teses sobre educação rural numa perspectiva histórica entre 2000 e 2016, verificou que a temática ainda se encontra pouca explorada pelo campo de pesquisas em História da Educação. Entre outras conclusões, a autora ressaltou que a formação e condições de trabalho dos professores na zona rural é uma das possibilidades de investigações sobre a história da educação rural. Enquanto isso, na produção de forma específica dos locais institucionalizados de formação do magistério primário rural no século XX, Silva e Costa (2018), através de um “estado da arte” da historiografia das Escolas Normais Regionais/Rurais no país, por meio de dissertações e teses, entre 2002 e 2018, verificaram que as produções destas instituições escolares são realizadas no âmbito de história das mesmas, deixando aquém análises do poder público e/ou privado na oferta, distribuição, organização e normatização destas escolas.

O mesmo pode-se dizer sobre as pesquisas em história da educação rural no Maranhão. De 46 trabalhos mapeados por Silva e Costa (2018), apenas 02 dissertações integram o quadro de estudos dedicados à compreensão de Escolas Normais Regionais/Rurais no estado (SILVA; COSTA, 2018). Nessa perspectiva, é pertinente questionar a forma pela qual as escolas com cursos normais regionais foram criadas e normatizadas no território maranhense nas décadas de 1950/60.

Buscando problematizar esses aspectos, neste texto analisamos informações a respeito da dimensão organizacional das escolas normais com curso regional nas diversas regiões do estado durante a década de 1950. Cabe explicar, entretanto, algumas opções trilhadas no percurso teórico-metodológico. A primeira é que partimos da hipótese que a criação destas escolas esteve relacionada ao ideário de Ruralização do Ensino, proposto por Sud Mennucci (1930), e de expansão do ensino normal no território nacional a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal, como já aponta Tanuri (2000).

A segunda se refere à seleção e recorte das fontes documentais. A ordenação foi realizada a partir de dois eixos centrais: (1) consulta, digitalização e leitura de sinopses estatísticas do ensino normal no Brasil entre 1940 e 1970, que compõem o acervo público na biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Marília; e (2) organização de dados acerca das Escolas Normais Regionais/Rurais no Maranhão para subsidiar futuras investigações históricas como tentar situá-lo dentro da perspectiva nacional da história da educação rural³. Também foram feitas buscas nos arquivos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC).

Atendendo aos critérios de periodização do estudo ter sido feito, sobretudo na década de 1950, foram selecionadas as seguintes fontes documentais: dados estatísticos do corpo docente e matrículas dos alunos no ensino primário produzidos pelo Serviço Estatístico de Educação e Saúde do MEC, vinculados aos anuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1955, 1956, 1958, 1959 e 1960; sinopse estatística do ensino médio por município (1959); dados do INEP sobre formação do magistério primário no Maranhão (1959); correspondências da inspetoria do INEP no Maranhão (1959); e termos de convênios de 1960 e 1961 do INEP com uma escola normal regional maranhense. Outro critério para o recorte destas fontes é nossa dependência ao tentar compreender o passado, limitando-se a utilização daquelas preservadas, legíveis e salvas no tempo.

Também cabe explicar o uso do termo “Escola Normal Regional/Rural” que empregamos ao longo do texto. Acontece que “os documentos tendem a impor sua nomenclatura; o historiador, se os escuta, escreve sob o ditado de uma época” (BLOCH, 2001, p. 136). Diante da imposição das terminologias das fontes documentais, os cursos de formação de regentes de ensino no Maranhão nos anos 1950 foram ofertados em escolas normais ora denominadas de rurais, ora de regionais. Por esse motivo, quando abordamos as instituições de formação para o magistério rural do Maranhão utilizamos a denominação de “Escolas Normais Regionais/Rurais”, considerando as escolas que ofertaram o curso normal regional.

³ A pesquisa integrou o projeto nacional temático intitulado “Formação e trabalho de professoras e professores rurais no Brasil: RS, PR, SP, MG, RJ, MS, MT, MA, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)”, coordenado pela Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba, sendo financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo n. 405240/2016-3, vigência entre 2017 e 2020.

Todavia, é pertinente esclarecer algumas nuances das diferenças entre os termos “regional” e “rural” das escolas normais. As Escolas Normais Rurais foram propostas pelo movimento de Ruralização de Ensino por Mennucci (1930). Para o autor, havia a necessidade da formação de professores com novo perfil de magistério em sintonia com os anseios da vida rural da população brasileira. Para Mennucci (1930), a criação de Escolas Normais Rurais seria viável para despertar a “vocação agrícola” no Brasil, numa formação do magistério em três pilares: geral, pedagógica e rural.

Sud Mennucci sendo “a expressão máxima da Ruralização do Ensino” (MORAIS, 2019) possuía a maior preocupação na formação do professor primário pela capacidade que os docentes teriam para serem líderes e incentivadores das comunidades rurais ao progresso e civilização com conhecimentos agrícolas e higiênicos. Pelo movimento de Ruralização do Ensino, era inconcebível a formação de professores nos moldes da vida urbana para ocuparem as salas de aulas das escolas rurais, uma vez que este professor “sente-se mal no campo, quer sair, quer que todos saiam” (MENNUCCI, 1930, p. 119). Para o intelectual, a formação do magistério nas Escolas Normais Rurais seria fundamental para o progresso da população rural, assim evitando também o êxodo para as zonas urbanas.

No caso das Escolas Normais Regionais, sua denominação vincula-se diretamente com a oficialização do modelo do ensino normal pelo Decreto-Lei n. 8.530/1946 (BRASIL, 1946). A Lei Orgânica do Ensino Normal dividiu o ensino normal em dois graus: primeiro, o curso normal regional que formava o regente de ensino primário, que funcionou nas Escolas Normais Regionais e tinha duração de 4 anos. O segundo, com duração de 3 anos, responsável pela formação do professorado primário nas Escolas Normais (BRASIL, 1946, Art. 4º). A lei, portanto, “serviu de pilar para expandir e interiorizar o ensino normal no país, por meio do curso regional nas Escolas Normais Regionais ou Rurais” (SILVA; COSTA, 2018, p. 47).

Com as demarcações das terminologias das fontes, as análises foram fundamentadas nas abordagens da Nova História Cultural (NHC), centrada em toda e qualquer atividade humana, sobretudo, através da construção de determinadas realidades por meio de representações. Nessa perspectiva teórico-metodológica, compreendemos nossas fontes primárias como resultados da vida institucional e administrativa do INEP/MEC. São produtos das relações e demandas do trabalho que resguardam em si vestígios da história da educação rural do Maranhão.

O *corpus* documental está disposto como produto pronto e acabado, não traz, de modo geral, as histórias por trás das informações, as lutas, significados, representações da organização e seleção dos dados estatísticos. Os dados estatísticos são documentos que apresentam, portanto, o “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da necessidade que o produziram” (LE GOFF, 2013, p. 497). Nesse sentido, trata-se de não abordar as fontes como meros espelhos e reflexos do período em que foram construídos, sem problematizações. Com efeito, uma abordagem das fontes históricas pelo método crítico, considerando Prost (2019, p. 57), “em determinado sentido, [...] é a própria história”.

Na busca de compreender os fragmentos da realidade nas fontes, a preocupação não foi apenas em extrair as representações explícitas dos dados estatísticos, mas também “extorquir as informações que eles não tencionavam fornecer” (BLOCH, 2001, p. 95). É nesse sentido que os dados estatísticos do ensino normal regional no Maranhão não foram compreendidos como meros números categorizados, naturalizados e neutros subordinados a lógica metodológica estatística da produção dos dados pelo INEP/MEC, mas como instrumentos capazes de “descrever a realidade, construindo categorias que lhe conferem inteligibilidade, [...] num poder de conformar as relações com o real, dando sentido e existência social a essa própria realidade” (GIL, 2007, p. 24).

O conceito de representação de Chartier ganha destaque na pesquisa ao compreendê-lo “como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16-17). As informações numéricas do curso normal regional no Maranhão foram, portanto, desnaturalizadas e entendidas como parciais as quais garantem uma forma de conferir inteligibilidade ao ensino normal regional no solo maranhense pelo aparato estatal. Há uma compreensão de que os números configuram uma determinada realidade na proliferação dos discursos e práticas (CHARTIER, 2002). Ou seja, as estatísticas educacionais não são meras “reveladoras” e “apêndices” para as pesquisas em história da educação do Brasil – apesar das imperfeições, contradições e ambiguidades. Pelo contrário, “integram e participam da sua construção na medida em que conforma as maneiras pelas quais o real é percebido” (GIL, 2007, p. 23).

Nesse sentido, têm-se as análises dos dados estatísticos do ensino normal regional no Maranhão que circularam no país nas décadas de 1950 e 1960, dando a conhecer as dimensões organizacionais das Escolas Normais Regionais/Rurais do solo maranhense; as representações que colaboraram para compreender a estruturação do ensino normal

regional no estado; o aparato administrativo que prevaleceu na formação do magistério rural; e das possíveis imagens configuradas sobre os dados do corpo docente rural maranhense na segunda metade dos anos 50 e início dos 60 do século XX.

Os estabelecimentos de ensino normal regional no Maranhão nos anos 1950

A Lei Orgânica do Ensino Normal centralizou ao governo federal as diretrizes que operacionalizaram o ensino normal no país. Até então, antes da promulgação da legislação do ensino normal, cada unidade federativa, diante de suas condições políticas, sociais e econômicas, determinava a oficialização do ensino normal e formação de professores primários. Muito embora, a Lei Orgânica do Ensino Normal tenha estabelecido e buscado uma padronização para esta modalidade de ensino no país, em termos práticos o Decreto-Lei n. 8.530/1946 “não introduziu grandes inovações, apenas acabando por consagrar um padrão de ensino normal que já vinha sendo adotado em vários estados” (TANURI, 2000, p.75).

Como dito anteriormente, com a oficialização do modelo de ensino normal no Brasil, houve um aumento quantitativo de Escolas Normais Regionais/Rurais, acima de tudo “por serem os cursos que colocavam de forma mais imediata os professores na docência do ensino primário e geravam um custo menor aos cofres do estado” (SBARDELOTTO, 2015, p. 240). Cada unidade federativa, então, buscou suas estratégias para construção e manutenção da rede escolar de ensino normal regional visando sempre a rápida formação de um contingente de professores primários para as inúmeras escolas distribuídas na zona rural.

É nesse contexto do aumento das Escolas Normais Regionais/Rurais no país que a produção de dados estatísticos se tornou uma das técnicas do Poder Central em tentar “conhecer a realidade a ser governada” (GIL, 2007, p. 20). A coleta e produção das informações estatísticas pelo INEP configurou-se uma forma de legitimar as ações administrativas e políticas no âmbito educacional brasileiro, cumprindo uma dupla finalidade: ver o alcance da rede de escolas normais na formação de professores primários. Por outro lado, também demonstra o poder do governo central na introdução, legitimação e manutenção de controle e ação na educação das unidades federativas.

Nesse cenário, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, do Rio de Janeiro, publicou em 1959 informações descritivas e estatísticas sobre as oportunidades de formação do magistério primário do Maranhão. A propósito, a produção dos dados foi

realizada a partir de um esforço conjunto das instâncias estaduais e federais, ao mencionar que

As oportunidades de formação de magistério primário são apontadas neste cadastro de Estabelecimento de Ensino Normal, feito mediante informações recebidas, diretamente, das Escolas Normais (preenchimento de questionários) e das Secretarias de Educação e Cultura dos Estados e coleta de dados, realizada na Divisão de Documentação e Informação Pedagógica do Centro de Pesquisas Educacionais do INEP e no Serviço de Estatística da Educação e Cultura-MEC. (INEP, 1959, p. 4).

Destaca-se, ainda, que as informações podem ser sumarizadas em duas categorias de relações. A primeira sobre os estabelecimentos de ensino normal por ordem cronológica de instalação e “grupados segundo as entidades mantenedoras e cursos ministrados” (INEP, 1959, p. 4). Na segunda relação, as matrículas e concluintes do ensino normal do triênio 1955/57. Por fim, um apêndice com o aparato legal da formação de professores primários no estado, considerando que “a organização e a administração do Ensino Normal no Brasil pertencem à esfera de ação dos serviços estaduais de educação” (INEP, 1959, p. 5).

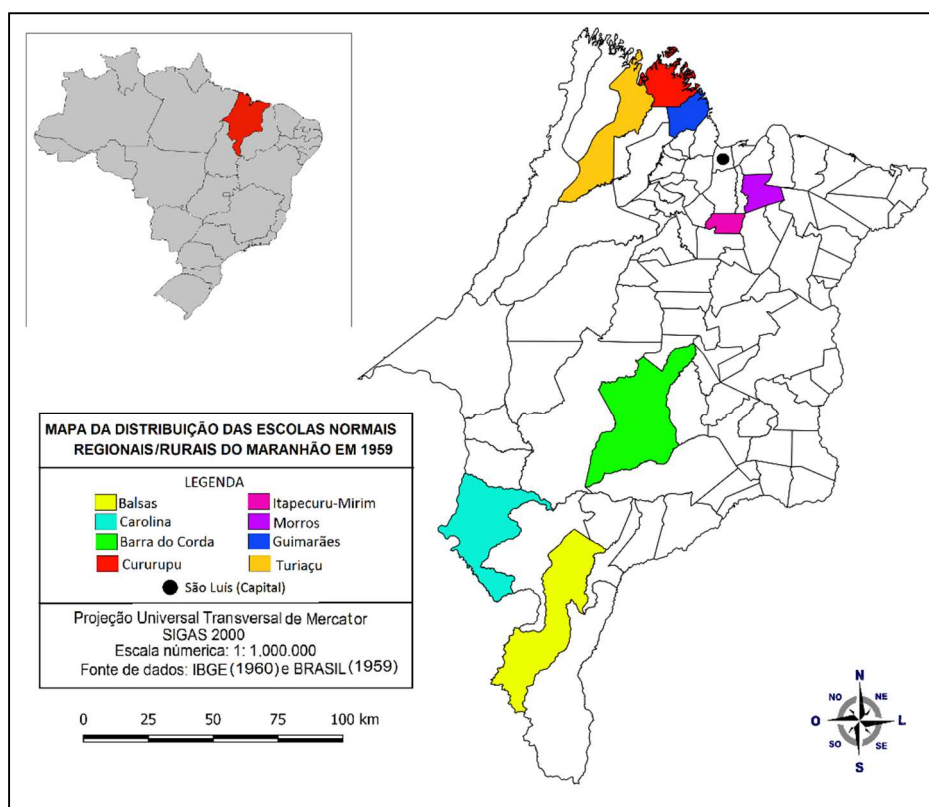
Entretanto, a documentação menciona a existência de leis específicas estaduais de formação do magistério apenas nos estados de São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Ceará. Conclui-se que, as demais unidades federativas operacionalizam a rede de escolas normais unicamente pela Lei Orgânica do Ensino Normal, fazendo com que a formação do magistério primário ocorra de forma “desatualizada em seus princípios e bases” e que, portanto, “vêm merecendo por parte das autoridades e especialistas de educação estudos, debates e revisões” (INEP, 1959, p. 5). Muito embora, sabe-se que o governo do Maranhão, na gestão de Saturnino Bello (16 de fevereiro de 1946 a 10 de abril de 1947), promulgou o Decreto-Lei n. 1.462 de 31 de dezembro de 1946 que adaptou às novas leis orgânicas o ensino primário e normal do Estado (MARANHÃO, 1946). Uma lei estadual de caráter prescritivo e normativo para o ensino normal pelo Estado que seguiu as mesmas diretrizes da lei federal do ensino normal.

A respeito das instituições com curso de regentes de ensino primário no Maranhão, houve crescimento lento do final da década de 1940 e segunda metade dos anos 1950. Em 1949, havia apenas uma escola, em Carolina. Essa quantidade passou para 5 até 1959 com a implantação de instituições escolares em Cururupu, Morros, Turiaçu e

Itapecuru-Mirim. Ainda que os dados do INEP apresentem ambiguidades e uma lenta expansão, em maior número, de Escolas Normais Regionais/Rurais no Maranhão, o final da década de 1950 foi marcado também pela presença de escolas com cursos normais regionais em Guimarães, Barra do Corda e Balsas, como aponta o censo escolar do ensino médio por município de 1959 (BRASIL, 1959).

Até o final dos anos 1950, o Maranhão possuía 8 Escolas Normais Regionais/Rurais (Figura 1) sendo apenas os estabelecimentos de Morros, Turiaçu e Carolina com a nomenclatura de Escola Normal Rural. A esse respeito é possível notar, inclusive, a hipótese de que em 1949 foi fundada a primeira escola com essa nomenclatura no território maranhense, a Escola Normal Rural Nossa Senhora da Piedade em Carolina, o que faz pensar na hipótese de que Lourenço Filho (1953) pode ter feito menção ao curso normal regional de Carolina quando apresentou a distribuição de estabelecimentos pelo país em 1951.

Figura 1- Localização das Escolas Normais Regionais/Rurais no Maranhão nos anos 1950.



Fonte: Adaptação de Brasil (1959).

As escolas com curso normal regional estavam concentradas nas regiões centro-sul e noroeste do estado. Em 1950, o Maranhão possuía 91 municípios e somente em 8

deles funcionavam uma Escola Normal Regional/Rural. Certifica-se pelo anuário estatístico do ensino médio de 1959, uma total ausência de instituições escolares voltadas para a formação do magistério, pelo curso normal regional, na região leste e oeste do estado. Tais dados contrapõem-se aos estudos de Silva e Costa (2018) ao mencionarem a existência de uma Escola Normal com curso normal regional em Caxias, município do leste maranhense. Pelo conjunto das fontes documentais, houve no município a implantação do curso normal de 2º ciclo (MOURA, 2014).

Com a interseção dos dados estatísticos do ensino normal regional do Maranhão produzidos pelo INEP e com os estudos já realizados sobre nuances da história da educação rural do estado, torna-se possível vislumbrar, macroscopicamente, as instituições escolares do Maranhão que oportunizaram uma formação para o magistério primário durante a década de 1950 (Quadro 1).

Quadro 1 - Escolas com o curso de regentes de ensino no Maranhão nos anos 1950.

Municípios	Escolas (Fundação)	Adm.	Direção
Carolina	E. N. Rural Nossa Sra. da Piedade (1949)	Congregação Religiosa Nossa. Sra. da Piedade	Irmã Marciana Maria de Redenção
Cururupu	E. N. Regional (1955)	Centro Cultural e Artístico Prof. Silvestre Fernandes	Raimundo José Fernandes
Morros	E. N. Rural (1955)	—	—
Turiaçu	E. N. Rural (1955)	Robson Campos Martins	Robson Campos Martins
Itapecuru-Mirim	E. N. R. Gomes de Souza (1957)	Particular	Leonel Amorim de Souza
Guimarães	E. N. R. N. Sra. da Assunção (1957)	Congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem	Águida Ferreira Lima Cavaignac
Balsas	E. N. R. Dom Daniel Comboni (1958)	Instituto dos Missionários Combonianos	—

Fonte: Adaptado de INEP (1959), Santiago (2015) e Sousa *et al.* (2016).

Das Escolas Normais Regionais/Rurais foram localizados apenas os estudos de Pessoa (2013) e Santiago (2015) da escola em Guimarães. Também existem pesquisas que fazem registros da existência das demais instituições escolares: Sousa *et al.* (2016) sobre a escola de Balsas; Custódio (2017a; 2017b), Custódio e Sousa (2018) das instituições de ensino em Carolina, Balsas e Barra do Corda; Celeri, Lima e Oliveira (2017) na escola de Turiaçu; e Nascimento (2018) do estabelecimento educacional de Barra do Corda. O estudo de Santiago (2015) consiste no único, até o momento, que

adentram no interior da escola, uma pesquisa que apresenta uma visão microscópica da Escola Normal Regional de Guimarães com direcionamentos para a história das mulheres, das professoras e alunas.

Observamos, no Quadro 1, que todas as instituições escolares foram instaladas e mantidas pelo setor privado através, principalmente, da Igreja Católica. As Escolas Normais Regionais/Rurais de Carolina, Turiaçu, Guimarães e Balsas foram empreendidas por congregações estrangeiras, tais como a canadense – Irmãs da Assunção da Santa Virgem. De acordo com Custódio (2017b), as Irmãs Missionárias Capuchinhas, congregação de origem italiana, realizaram obras educacionais por todo o estado do Maranhão a partir da segunda metade do século XX, majoritariamente, na formação básica para classes médias e elites regionais.

Com efeito entre o final da década de 1940 e 1970 as “irmãs capuchinhas constituíram uma rede de escolas normais no Maranhão, [...] atingindo as cidades de Balsas, Barra do Corda, Carolina, Caxias, Codó, Grajaú, Imperatriz e Presidente Dutra” (CUSTÓDIO, 2017a, p. 186). É importante destacar que, a autora traz o ano de fundação da Escola Normal Rural de Carolina em 1952, considerando a Lei Estadual n. 832 de dezembro do mesmo ano que outorgou mandato à escola na gestão do governador Eugênio Barros (1952-1956).

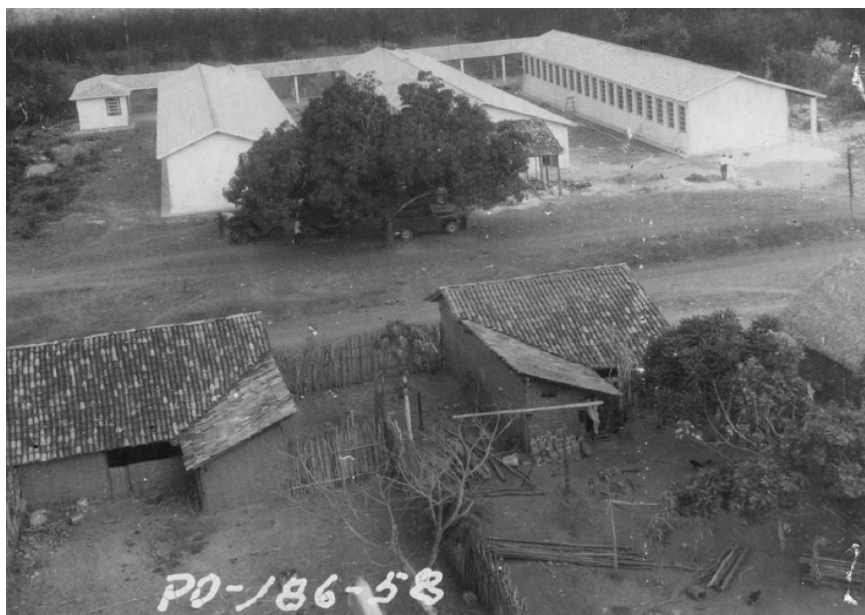
No município de Barra do Corda, as iniciativas da *Unevangelized Fields Mission* (UFM) em parceria com a Aliança das Igrejas Cristãs Evangélicas do Brasil (AICEB) na constituição do Internato Maranata, instituição criada em 1949, foi fundada a Escola Normal Regional Maranata nos anos 1950 (NASCIMENTO, 2018). Em Guimarães, a Congregação Católica Canadense Irmãs de Nicollet fundou a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção em 1957 (PESSOA, 2013; SANTIAGO, 2015).

De acordo com os estudos de Celeri, Lima e Oliveira (2017), a Escola Normal Regional de Turiaçu foi fundada em 1952, o que demonstra uma divergência entre os autores e os dados trazidos pelo INEP (1959). Ainda, conforme os autores, a instituição escolar foi fundada pelos Padres do Sagrado Coração sob as iniciativas do vigário Padre Mário D'Alberto e do professor Robson Campos Martins – que exerceu também o cargo de diretor. No município de Balsas, os missionários combonianos chegaram à cidade em 1952 realizando trabalhos religiosos e sociais com a construção de escolas e hospitais. O estabelecimento de ensino normal regional de Balsas foi fundado em 1958, todavia seu funcionamento se efetivou no ano seguinte. A referida Escola Normal Regional Dom

Daniel Comboni foi construída e cedida à Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (SOUSA *et al.*, 2016).

Ainda no final da década de 1950, foram localizadas correspondências de fotografias da inspeção escolar na pessoa de Paulo Duarte ao INEP/MEC que denotam a construção da Escola Normal Regional de Codó (Figura 2) entre 1958 e 1959. Contudo, a Sinopse Estatística do Ensino Médio de 1959 não faz qualquer registro sobre a referida instituição escolar no município.

Figura 2 - Prédio da Escola Normal Regional de Codó, MA (1958).



Fonte: Extraído de Duarte (1959).

A escola com três blocos foi erguida com recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio (FNEM), instituído pela Lei n. 2.342, de 25 de novembro de 1954 (BRASIL, 1954) tendo os recursos regulamentos pelo Decreto n. 37.494 de 14 de junho de 1955 (BRASIL, 1955). De modo geral, o FNEM/INEP tinha por finalidade a manutenção, o aperfeiçoamento, a difusão e a acessibilidade ao ensino de grau médio. Os dados relativos aos dispêndios do Estado brasileiro entre 1930 e 1950, apresentados por Pires (2011), informam-nos que a partir da segunda metade do século XX, o ensino médio compunha uma das ênfases no orçamento da União. Em essência, os aumentos dos gastos do Estado estavam atribuídos a construção e manutenção das escolas públicas e subsídios para as instituições escolares privadas por meio de convênios.

Sobre a Escola Normal Regional de Codó, estudos sinalizam ainda que de forma conflituosa, os dados de sua origem. Nas pesquisas de Soares (2014), a normalista

Carmem Palácio Lago, professora no município de Codó desde os anos de 1940, teve participação na implantação desta escola, contudo a autora menciona que, a instituição escolar foi criada apenas em 1965. Por sua vez, Custódio (2017b) elucida que a escola no município é fruto dos empreendimentos das Irmãs Capuchinhas.

O Quadro 2 evidencia que no final da década de 1950 o Maranhão apresentava os estabelecimentos de ensino normal regional distribuídos, principalmente, pelo interior do estado o que demonstra a ausência do poder público atuando na formação de professores nos rincões do território maranhense. Também se percebem as distribuições das matrículas pelas séries do 1º e 2º ciclo do ensino normal com evidências de que as instituições de ensino no interior foram os principais espaços de formação do magistério, através do curso normal regional.

Quadro 2 - Matrículas e conclusões do ensino normal do MA (1955-1957).

Nível de estudo	Ano	Unidades escolares		Capital			Interior					Conclusão	
		Cap.	Int.	1ª série	2ª série	3ª série	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	Cap.	Int.
Ensino público													
2º ciclo	1955	01	—	39	60	61	—	—	—	—	—	43	—
	1957	01	—	70	43	59	—	—	—	—	—	59	—
Ensino particular													
1º ciclo	1956	—	04	—	—	—	42	59	18	—	—	—	15
	1957	—	05	—	—	—	68	48	18	16	—	—	15
2º ciclo	1956	02	02	78	20	15	22	22	18	15	—	12	14
	1957	02	02	39	55	56	38	32	20	—	—	54	19

Fonte: Extraído de INEP (1959, p. 14).

Verifica-se a predominância de estabelecimentos de ensino de caráter privado; a inexpressividade do curso de 2º ciclo do Ensino Normal na capital; o número reduzido de concluintes dos cursos considerando a dimensão territorial do estado; o papel do setor privado na formação do magistério primário no Maranhão; e o maior número de escolas com formação de regentes de ensino.

Na inteligibilidade da formação do magistério primário, o curso de regentes de ensino constituiu-se como “a forma obsoleta de preparação do professorado, cuja manutenção em nosso país é justificada nas regiões mais atrasadas onde predomina, no magistério primário, o elemento leigo sem qualquer formação especializada” (WEREBE,

1963, p. 210). Apesar dos cursos normais regionais ofertarem uma formação de “nível bem medíocre” (WEREBE, 1963, p. 211), o preparo de regentes de ensino tinha efeito rápido para o magistério rural, sobretudo, pelas considerações que a escola rural detinha apenas as funções básicas da escolarização – ler, escrever e contar.

Interessante notar que os dados estatísticos das matrículas e concluintes de 1955 a 1957, além de trazerem informações quantitativas, dispõem de uma parcela da realidade educacional maranhense na qual predomina um discurso de ausência do poder público na formação de professores, numa espécie de terceirização das ações educacionais do ensino normal, sobretudo, regional. Esta é certamente, uma das razões que impulsionam as representações e discursos de que o ensino normal regional no Maranhão foi entregue ao setor privado, pois os dados estatísticos podem ser um dos elementos dos agentes e interesses políticos para descreverem a sociedade como pensam ou como gostariam que fossem (CHARTIER, 2002).

Outro ponto que os dados conferem inteligibilidade ao corpo docente primário rural no Maranhão nos anos 1950, é justamente a ausência de um contingente maior de professoras com pelo menos o ensino normal de 1º ciclo. No biênio de 1956/57, somente 30 sujeitos foram diplomados como regentes de ensino no Maranhão, demonstrando alguns aspectos contraditórios da educação rural maranhense. Enquanto isso, a formação do magistério primário, pelo curso normal regional, ocorria de forma reduzida e centralizada nas regiões centro-sul e noroeste do estado e as matrículas do ensino primário aumentavam expressivamente por todo o território do Maranhão (Tabela 1).

Tabela 1 - Matrículas efetivas do ensino primário no Maranhão (1955-1959).

Ano	Matrículas		Total
	Urbana	Rural	
1955	35568	48300	83868
1956	39271	46611	85882
1957	41202	48226	89428
1958	44830	51997	96827
1959	46215	50376	96591

Fonte: Adaptado de IBGE (1958, p. 359, 1959, p. 351; 1960, p. 289).

Estudos realizados por Motta e Frazão (2019) sobre o ensino primário no Maranhão, mostram a gradual expansão da rede escolar primária nos anos 1950, pelos grupos escolares nas cidades, e, especialmente, de escolas isoladas e unidocentes para o magistério rural. Ao fim, os valores numéricos das matrículas efetivas no ensino primário na segunda metade da década de 1950 pelo território maranhense, destacam de forma

clara o maior número de crianças adentrando em escolas nas zonas rurais, em comparação com a urbana. Dados da formação do professorado com regência de classe entre os anos de 1955 e 1961 (Tabela 2), reforçam a tese de que o governo do Maranhão não investiu, ao longo da década de 1950, no preparo dos professores primários rurais e muito menos a iniciativa privada detinha poder e capital, seja político ou financeiro, para atender todas as regiões do território.

Tabela 2 - Corpo docente do ensino primário no Maranhão (1955-1959).

Ano	Corpo docente		Total
	Normalistas	Não-normalistas	
1955	474	1329	1909
1956	538	1605	2231
1957	624	2123	2747
1958	685	2331	3016
1959	723	2363	3086

Fonte: Adaptado de IBGE (1955, p. 433; 1956, p. 345; 1958, p. 365, 1959, p. 350; 1960, p. 358).

Acima de tudo, é importante destacar que a categorização utilizada pelos serviços estatísticos do MEC (1955-1963) inclui na categoria “não-normalistas”, o professorado sem qualquer tipo de formação no ensino normal. Quanto a isso, os dados auxiliam na compreensão como elementos que estruturam parte da realidade do magistério primário entre os anos de 1955 e 1959 no Maranhão; os números permitem perceber, mais uma vez, a falta de formação mínima do professorado para as escolas primárias, sejam na zona urbana como rural. Muito embora, a presença de não-normalistas fizesse parte muito mais da realidade da educação rural maranhense, como expressam os dados na Tabela 3.

Tabela 3 - Corpo docente da escola primária no Maranhão por localização do ensino (1957-1959).

Ano	Corpo docente			Total
	Urbano	Distrital	Rural	
1957	1237	101	1409	2747
1958	1372	109	1535	3016
1959	1477	101	1508	3086

Fonte: Adaptado de IBGE (1958, p. 365; 1959, p. 350; 1960, p. 358).

É possível notar que o professorado primário pelo estado do Maranhão numericamente esteve mais presente nas zonas rurais, ainda que os dados estatísticos não especifiquem a formação dos professores nessa categoria, contudo, é possível sinalizar que se trata do magistério rural. Nas representações proferidas pelos “discursos” dos

números, a falta de professoras, com no mínimo a formação no curso normal regional ou totalmente leigas nas zonas rurais; a ausência de um número maior de Escolas Normais Regionais/Rurais pelo território do estado; e no silêncio de ações do poder estadual na dinâmica da rede de ensino normal estabelecem uma representação de “uma imagem presente e de um objeto ausente” (CHARTIER, 2001, p. 21).

Há demanda para as escolas primárias rurais de professoras com regência de classes no Maranhão, contudo, lhe faltam espaços para a formação no curso normal regional. Logo, a imagem da formação do magistério pelo território maranhense nos anos 1950 demonstrou um claro sinal da precária situação de formação do corpo docente primário pelo estado que, décadas posteriores, configura-o entre as unidades federativas com o maior número de professores leigos para as escolas nas zonas rurais (COSTA, 2018).

As descrições dos dados estatísticos reproduzem a realidade parcial do corpo docente primário maranhense com uma natureza dupla: a criação de uma representação na circulação dos dados pelos canais oficiais do INEP/MEC sobre a falta de formação do professorado primário pelo estado, como também de ações mais diretas do poder público para reversão do quadro de professoras não-normalistas na regência de classes. Isto confere inteligibilidade parcial da educação rural do Maranhão nos anos finais de 1950, na descrição da organicidade do ensino e magistério rural no estado.

No Maranhão, portanto, com base na circulação dos dados oficiais do curso normal regional e corpo docente primário nos anos 1950, tem-se a criação de uma representação de um estado regado ao abandono do setor público estatal na oferta de condições para a preparo de seu corpo docente primário rural. Desta forma revela, dentre outros fatores, que “a formação especializada de mestres rurais, não é senão um dos aspectos desse problema mais amplo” (LOURENÇO FILHO, 1953. p. 61) da educação rural brasileira. Isso significa dizer também que o setor particular de Escolas Normais Regionais/Rurais no Maranhão legitimou-se como principal responsável e, às vezes, o único espaço para oferta de matrículas do ensino normal, principalmente do curso normal regional pela demanda cada vez maior de magistério rural.

As informações sobre o ensino normal regional no Maranhão circuladas nos dados oficiais do INEP/MEC também sinalizam para uma ordem social que constroem a identidade religiosa e privada das Escolas Normais Regionais/Rurais pelo estado. São números que “falam” e “discursam” ao apresentaram as categorizações da realidade educacional de formação do magistério rural maranhense, dando destaque para uma

“construção das maneiras de ver uma realidade, guiando e sendo guiadas pelas representações já estabelecidas” (GIL, 2007, p. 24).

É preciso constatar, portanto, a criação e funcionamento das Escolas Normais Regionais/Rurais no estado sob a tutela da Igreja Católica. A chegada das congregações em Carolina, Guimarães, Barra do Corda, Balsas e Turiaçu no território maranhense fez parte de um movimento maior de reestruturação e ampliação da atuação, principalmente, da Igreja Católica no interior do Brasil. Sobre isso, Bittencourt (2017) considera que as ações de congregações estrangeiras no país durante o século XX foram forças motrizes da Igreja dentro do Estado Republicano como organizações assistencialistas e educacionais na ausência do poder público de prestar os serviços de escolarização. A Igreja Católica ocupou o espaço de oferecer educação às crianças e jovens, por vezes, uma escolarização voltada para as elites, mas que prestava um assistencialismo para as camadas populares. Isto para Saviani (2015) foi parte do processo de uma “resistência ativa” da Igreja Católica para reverter o cenário de laicidade nas escolas públicas e a perda de espaço nas esferas estatais com a proclamação da república.

De fato, desde o início da história do Ensino Normal no Maranhão com a criação da primeira escola em 1890 em São Luís, percebe-se que mesmo diante dos cenários da urgência de professoras para o sistema educacional, o poder público estadual encontrava barreiras sejam financeiras e/ou políticas que tardaram a implantação, expansão e consolidação de escolas normais pelo território maranhense, como já apontam os estudos de Saldanha (1992). Nesse cenário, a Igreja Católica encontrou terreno fértil no Maranhão para desenvolver suas ações educativas e se fixar na história da educação do estado com a implantação de Escolas Normais Regionais/Rurais.

A Igreja Católica na implantação de Escolas Normais Regionais/Rurais não foi algo homogêneo para o estado do Maranhão, como sinaliza os estudos de Silva e Costa (2018). Em outras unidades federativas, como no Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2007); Ceará (ARAÚJO, 2006); Acre (BEZERRA, 2010); e Rondônia (PRADO, 2017), houve um papel decisivo de congregações religiosas na implantação de Escolas Normais Regionais/Rurais e no preparado do magistério rural com o objetivo claro também de “uma educação para o lar e a sociedade dentro dos valores e costumes da Igreja Católica” (SILVA; COSTA, 2018, p. 59). Os dados estatísticos da educação rural maranhense, portanto, mostram apenas a cristalização de um fenômeno social no país de que a Igreja Católica, em algumas regiões, desempenhou papel de destaque na interiorização da formação do professorado primário rural.

Todavia, também faz nos elencar alguns questionamentos: quais as relações e contrapartidas do estado e as congregações para atender a demanda de escolarização do ensino normal? De que forma essas congregações afetaram o campo educacional²⁴ no Maranhão? Que relações de força, poder e representação circularam e foram travadas entre o campo burocrático educacional estadual e religioso sobre as finalidades e funções das Escolas Normais Regionais/Rurais? De que forma cada campo buscou monopolizar a percepção da formação do magistério rural para o estado? São perguntas que ainda carecem de maiores problematizações e que merecem esforços pelos historiadores da educação do Maranhão.

Embora, não tenhamos todas as respostas, já existem estudos que levantam algumas dessas reflexões. As pesquisas de Pessoa (2013), Custódio (2017a; 2017b), Custódio e Souza (2018) buscam ir de encontro com as repostas na medida em que, ao longo do século XX no Maranhão, a Igreja Católica exerceu influências e suplências paralelas com o Estado acerca da educação com a expansão de empreendimentos educacionais utilizados também na evangelização, agregação de recursos e capital social e político. Trata-se, nesse sentido, que as Escolas Normais Regionais/Rurais foram implantadas e mantidas pelo domínio das congregações religiosas, conferindo-as um poder simbólico não só no campo religioso, mas também no político e educacional maranhense.

Implícito nessas relações entre o poder público federal e a Igreja Católica na formação do magistério primário rural no Maranhão, estavam os acordos estabelecidos entre a Escola Normal Regional Nossa Sra. da Assunção, em Guimarães, com o INEP nos anos de 1960 e 1961. Os convênios mantidos diretamente entre o governo federal e a escola aplicavam o pagamento de auxílios nas compras de materiais escolares (livros, mesas, carteiras, etc.); equipamentos para o prédio escolar (portas, canos, janelas, dentre outros); e pagamentos de bolsas para os alunos bolsistas. Todos os comprovantes eram anexados ao processo de convênio, como também de comunicados do governo estadual parecendo a adequação da escola a Superintendência do Ensino Supletivo e Rural da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura.

Todas as verbas recebidas pela administração escolar foram de recursos do FNEM/INEP (INEP 1960, 1961). O dinheiro era depositado diretamente na conta corrente da escola no Banco do Brasil em São Luís – distante 326 Km de Guimarães –

⁴ O campo educacional, político e religioso foi compreendido pelas conceitualizações de Bourdieu (1983).

sendo de responsabilidade da diretora, Irmã Jeamine Boisvert, a retirada, aplicação e prestação de contas com o INEP. Em geral, os convênios possuíam seis cláusulas: (1) pagamento do auxílio no valor de Cr\$ 200.000 cruzeiros; (2) depósito e aplicação da verba pela instituição escolar; (3) fiscalização direta e permanente do INEP através de uma junta escolar compostas pelo “diretor, inspetor de ensino e um professor eleito pelos demais” (INEP, 1961, p. 5); (4) entrega de relatórios das obras e instalações conforme o convênio e com todos os comprovantes de gastos; (5) seguridade do compromisso firmado pela escola no uso devido dos recursos financeiros, sob medida de penalizações legais pelo descumprimento; e (6) início da entrada em vigor do convênio. Além disso, quaisquer reuniões acerca de tomadas de decisões sobre a escola, mudanças de professores e/ou professoras, alterações no regimento interno e na direção deveriam ser comunicadas diretamente ao INEP.

Em face às relações mútuas entre Estado e Igreja percebemos a ausência dos governos maranhenses na criação e manutenção de uma rede de escolas normais com o curso normal regional, recorrendo aos setores privados à tarefa de formação das professoras primárias no estado com auxílios financeiros do governo federal. Ao que tudo indica, cabia ao governo do Maranhão apenas a regularização e cadastro das escolas privadas junto aos órgãos estaduais competentes, como é possível notar no ofício n. 37 da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura com a prestação de contas da Escola Normal Regional de Guimarães a Superintendência do Ensino Supletivo e Rural (MARANHÃO, 1961). Porém, uma das consequências desse entrelaçamento “recíproco” consiste nas influências, na dominação da Igreja Católica na educação no interior maranhense, ao passo que também exercia e pautava a formação dos cidadãos mediante os seus preceitos dogmáticos.

Na leitura, conforme os sistemas simbólicos de Bourdieu (2004), as Escolas Normais Regionais/Rurais encontram-se como representações da Igreja Católica, cumprindo uma função religiosa, política e educacional ao mesmo tempo que concebe a realidade do magistério primário rural maranhense, de acordo com seus interesses. Isto aponta para os dados estatísticos como uma posição de representação da Igreja Católica no campo educacional do Maranhão, subordinando as Escolas Normais Regionais/Rurais aos mecanismos de “sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17). Dessa forma, a Igreja Católica representou um papel de destaque na formação de professores para o magistério rural no Maranhão, em especial a partir da segunda metade do século XX, tanto na construção de escolas com

cursos normais regionais como na legitimação social de mantedora essencial e viável para o desenvolvimento educacional do estado.

Considerações finais

Os dados estatísticos sintetizam que houve um crescimento muito lento de implantação de Escolas Normais Regionais/Rurais no Maranhão durante os anos 1950, com a hipótese da primeira Escola Normal Rural no estado ter sido criado em 1949 em Carolina. De forma sumária, pode-se dizer que as críticas feitas por Lourenço Filho em 1953 sobre a falta de cursos normais regionais no Maranhão, considerando seu tamanho territorial, parece ter, em parte, seguido no decorrer na década de 1950.

Neste primeiro momento, nota-se a ausência do governo do Maranhão em iniciativas na criação e implantação de escolas com o curso normal regional. A formação do magistério primário rural no estado foi empreendida pelo setor privado com forte destaque ao papel da Igreja Católica. Diante desses aspectos e considerando os “discursos” dos dados estatísticos apresentados pelo INEP, o processo de criação e oferta das Escolas Normais Regionais/Rurais no final dos anos 1940 e durante a década de 1950 no Maranhão - com a consolidação de escolas com o termo “regional” – acompanhou o campo de atuação política e educacional de congregações religiosas pelo estado. Por isso, não encontramos, até o momento, indícios para arriscar afirmações definitivas que o ideário do movimento de Ruralização do Ensino obteve forças, circulações e significados na formação do magistério rural no Maranhão.

As representações, portanto, emitidas pelo conjunto das informações estatísticas conferem uma inteligibilidade parcial da educação rural maranhense nos anos 1950, sobretudo, na formação do magistério rural sob domínio de congregações religiosas com contrapartidas financeiras do poder público federal e regulamentação pela secretaria estadual de educação para a manutenção das Escolas Normais Regionais/Rurais. Todavia, pensamos que as questões da atuação da Igreja Católica, apesar de crucial para o entendimento da formação do magistério primário no Maranhão, não pode ser considerada como aspecto único para compreensão do curso normal regional; há outras questões com especificidades, tais como o currículo, cultura escolar e práticas educativas assumidas pelo curso normal regional pelo estado que podem contribuir para o entendimento da criação e implantação de cursos do 1º ciclo do ensino normal pelo setor privado.

Neste processo, novas questões podem ser incorporadas àquelas que desde o início da pesquisa estiveram no centro de nossas preocupações, tais como: o simples fato na nomeação das escolas ora com termo “regional”, ora “rural” configurou alguma diferença em suas práticas formativas no currículo? A nomenclatura rural no estabelecimento de ensino seria uma forma de apresentar a concepção e o impacto da Ruralização do Ensino na formação do professorado primário após a Lei Orgânica do Ensino Normal? Houve papel do estado na criação das escolas? Se sim, qual? Havia discussões, materiais didáticos, disciplinas escolares sobre o meio rural na formação do magistério para o ensino primário, tipicamente rural nos rincões do Maranhão? Se sim, quais? Quais definições e concepções foram empregadas? Houve articulações entre as escolas, sobretudo, àquelas que foram empreendidas pela congregação das Irmãs Capuchinhas? A reconstrução histórica da formação do magistério primário rural no Maranhão nas Escolas Normais Regionais/Rurais, evidentemente, não se esgotou. Pelo contrário, está apenas no início.

Referências

ALMEIDA, D. B. **Memórias da rural**: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960). 2007. 272f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ARAÚJO, F. M. L. **Mulheres letradas e missionárias da luz**: formação da professora nas escolas normais rurais do Ceará - 1930 a 1960. 2006. 235f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ÁVILA, V. P. S. Educação rural em perspectiva histórica. **Pensar a Educação em revista**. Ano 4, v. 4, n. 2, jul./set., 2018, p. 1-21.

BEZERRA, M. I. S. **A Escola Normal Regional de Cruzeiro do Sul**: tecendo memórias e histórias sobre a formação religiosa católica alemã na Amazônia acriana (1947-1965). 2010. 248f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

BITTENCOURT, A. B. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-posições**, v. 28, n. 3 (84), set./dez., p. 29-59, 2017.

BLOCH, M. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89-94.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 2.342, de 25 de novembro de 1954**. Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2342-25-novembro-1954-361710-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 37.494, de 14 de junho de 1955**. Regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37494-14-junho-1955-334096-norma-pe.html>. Acesso em: 08 jun. 2020.

CELERI, M. J.; LIMA, R. M. B. F.; OLIVEIRA, J. F. Textos e contextos do ensino da geografia no ensino fundamental na escola municipal Presidente Costa e Silva - Maranhão, Brasil. **Revista Espacios**, vol. 28, p. 6-20, 2017.

CHARTIER, R. **História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Algés: Difel, 2002.

COSTA, O. A. Experiências de vida e formação na zona rural da região de Balsas no Maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 14, 2018, Campinas/SP. **Anais [...]**. Campinas/SP: ABHO, 2018.

CUSTÓDIO, M. A. C. Expansão dos empreendimentos capuchinhos e políticas educacionais no Maranhão republicano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9, 2017, João Pessoa. **Anais eletrônicos [...]**. João Pessoa, UFPB/SBHE, 2017a.

CUSTÓDIO, M. A. C. O papel da Congregação das Capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais. **Pro-posições**, v. 28, n. 84, set./dez., p. 169-203, 2017b.

CUSTÓDIO, M. A. C.; SOUSA, M. P. M. Religião e política na educação: notas sobre a rede católica no território maranhense. **Notandum**, ano 21, n.47, maio/ago., p. 98-117, 2018.

GIL, N. L. **A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira**. 2007. 409 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, *et al.* 7. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2013.

LOURENÇO FILHO, M. B. Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XX, n. 52, out./dez., p. 61-104, 1953.

MENNUCCI, S. **A crise brasileira de educação**. São Paulo: Oficinas Graphicas Irmãos Ferraz, 1930.

MORAES, A. I. D. **A circulação das ideias do Movimento pela Ruralização do Ensino no Brasil (1930-1950)**. 2019. 272 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Marília, 2019.

MOTTA, D. G.; FRAZÃO, M. D. C. A legitimação da escola primária maranhense (1930-1960). In: FURTADO, A. C.; SCHELBAUER, A. R.; CORRÊA, R. L. T. (orgs.). **Itinerários e singularidades da institucionalização e expansão do ensino primário no Brasil (1930-1961)**. Maringá: Eduem, 2019. p. 243-255.

MOURA, S. B. **O Colégio São José e a formação das professoras normalistas em Caxias - Maranhão: formando para a igreja, para a pátria e o lar (1949-1972)**. 2014. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

NASCIMENTO, E. S. **Escola Normal Regional Maranata: conexões entre o global e o local na formação de professores primários no interior do Maranhão nos anos de 1957 a 1971**. 2018. Disponível em: http://www.sitioftp.com/EventosOPC/programa/resumenes/EJE5/eje5_949.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2020.

PESSOA, C. P. **A obra educacional dos irmãos de Nicolle em Guimarães MA (1953-1965)**. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

PIRES, J. M. Política educacional e gasto com educação no período populista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3, 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos [...]**. Curitiba, ABPHE, 2011.

PRADO, F. B. **Entre o oratório e a profissão: formação de professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO (1930-1946)**. 2017. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

PROST, A. **Doze lições de história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2019.

SALDANHA, L. M L. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)**. 1992. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1992.

SANTIAGO, A. M. S. **Vozes e saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção - Guimarães/MA (1957-1961)**. 2015. 95

f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SAVIANI, D. A trajetória da pedagogia católica no Brasil: da hegemonia à renovação pela mediação da resistência ativa. Da história do tempo ao tempo da história. *In*: SAVIANI, D.. (org.). **História do tempo e tempo da história**: estudos de historiografia e história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. p. 55-68.
SBARDELOTTO, D. K. História dos cursos normais públicos de formação de professores primários no estado do Paraná. **Educere et Educare**: revista de educação, v. 10, n. 19. jan./jun., p. 231-242, 2015.

SILVA, T. R.; COSTA, O. A. Historiografia das escolas normais regionais rurais do Brasil: estado da arte. **Revista Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 24, n.1, dez., p. 45-66, 2018.

SOARES, M. A. P. **Análise de 1940 a 1970**: espaços e desafios das mulheres construtoras da educação no Município de Codó-MA, abr., 2014. Disponível em: https://www.pedagogia.com.br/artigos/analise_1940_1970/index.php. Acesso em: 6 jun. 2020.

SOUSA, M. S.; *et al.* Escola Normal: formando gerações no sertão maranhense. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, III, 2016. **Anais eletrônicos [...]**. Natal, 2016.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, maio/ago., p. 61-88, 2000.

WEREBE, M. J. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. Difusão Européia: São Paulo, 1963.

Fontes documentais

BRASIL. Ministério da Educação e Cultural. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. **Sinopse estatística do ensino médio 1959**. Rio de Janeiro, 1959.

DUARTE, Paulo. [**Correspondência**]. Destinatário: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Brasília, nov., 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1955**. Ano XVI. Rio de Janeiro, 1955.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1956**. Ano XVII. Rio de Janeiro, 1956

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1958**. Ano XIX. Rio de Janeiro, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1959**. Ano XX. Rio de Janeiro, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1960**. Ano XXI. Rio de Janeiro, 1960.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **Oportunidades de formação do magistério primário no Maranhão**. Rio de Janeiro, 1959.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **Termo de convênio celebrado entre o INEP do Ministério da Educação e Cultura e a EN/Regional Nossa Senhora Assunção, de Guimarães (MA)**. Datilografado, 1960.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. **Termo de convênio celebrado entre o INEP do Ministério da Educação e Cultura e a EN/Regional Nossa Senhora da Assunção, de Guimarães (MA)**. Datilografado, 1961.

MARANHÃO, Decreto-Lei n. 1.462, de 31 de dezembro de 1946. Adapta as novas leis orgânicas do ensino primário e normal do Estado. *In: Coleção de Decretos-Leis do Maranhão*: janeiro a dezembro de 1946, Maranhão, 1946.

MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. **Ofício 37/SENEC**. São Luís, MA: Secretaria de Negócios da Educação e Cultura, 8 jun. 1961. Assunto: Comunicado à professora Zenaide Cardoso Schultz.

Enviado em: 09/07/2020.
Aceito em: 07/12/2020.
Publicado em: 13/12/2020.